

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.818 - PR (2015/0127996-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO : ATALI SÍLVIA MARTINS E OUTRO(S) - SP131502**  
**RECORRIDO : MARIA ANTONIA DA COSTA**  
**RECORRIDO : ANA CRISTINA DA COSTA**  
**RECORRIDO : JOSE VICENTE DA COSTA**  
**RECORRIDO : ANGELA CRISTINA DA COSTA**  
**RECORRIDO : DAVID EGIDIO COSTA**  
**ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES E OUTRO(S) - PR027744**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL QUE FIXOU O NÚMERO DE AÇÕES DOS AUTORES. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO QUANTITATIVO DE PAPÉIS EFETIVAMENTE DEVIDO. DISCUSSÃO QUE SE OBSERVA DESDE A CONTESTAÇÃO APRESENTADA PELO BANCO, SENDO, INCLUSIVE, OBJETO DE APRECIÇÃO NA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO E NA AÇÃO RESCISÓRIA QUE DESAFIOU O TÍTULO EXECUTIVO. CONSUMAÇÃO DA PRECLUSÃO E, SOBRETUDO, DA COISA JULGADA. PRETENSÃO DA PARTE ORA RECORRENTE DE CONFERIR A MELHOR INTERPRETAÇÃO AO TÍTULO EXEQUENDO. IMPOSSIBILIDADE. VERTENTE SOBRE A QUAL RECAI A IMUTABILIDADE DA COISA JULGADA MATERIAL. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. 3. OPERADA A COISA JULGADA, DESCABE PERQUIRIR A RESPEITO DA SUPOSTA OCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. MATÉRIAS RELACIONADOS AO PONTO QUE SE MOSTRA INALTERÁVEL NO TÍTULO. 4. RECURSO DESPROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Banco Bradesco S.A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Compulsando os autos, verifica-se que Maria Antônia da Costa e outros, ora recorridos, interpuseram agravo de instrumento desafiando julgado interlocutório do Juízo de

# Superior Tribunal de Justiça

primeiro grau, que, nos autos de ação de obrigação de fazer em fase de cumprimento de sentença, acolheu a impugnação apresentada pelo banco, determinando a produção de prova pericial, a fim de apurar o real montante de ações devido pelos herdeiros do titular originário dos títulos Domingos Egídio da Costa, genitor dos ora demandados, considerando as oscilações ocorridas no capital social da sociedade empresária emissora das ações (Banco Bradesco S.A.), notadamente os desdobramentos, grupamentos, bonificações, opções de compra, etc, consoante o entendimento delineado pelo STJ, no julgamento do REsp n. 1.243.701/BA (e-STJ, fls. 15-23).

Analisando aquele agravo, a Décima Sexta Câmara Cível da Corte de origem deu-lhe provimento, para, reformando a decisão agravada, determinar o prosseguimento do cumprimento de sentença, nos moldes requeridos pelos sucessores *de cujus*.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fl. 236):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PEDIDO LIMINAR E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DETERMINAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL. IMPOSSIBILIDADE DE NOVAMENTE SE DECIDIR A RESPEITO. MATÉRIA PROTEGIDA PELA COISA JULGADA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos pelo demandante foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 275-306), interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o banco alega a existência de divergência jurisprudencial e de ofensa aos arts. 467, 468, 475-L, V, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; 884 do Código Civil; e 12 da Lei n. 6.404/1976.

Sustenta, em caráter preliminar, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal estadual, porquanto não sanada a omissão apontada.

No mérito, defende a possibilidade de produção de prova pericial em fase de cumprimento de sentença, a fim de aferir a real quantidade de ações devidas atualmente pelos ora recorridos - considerando-se as alterações societárias promovidas no capital social da sociedade empresária emissora dos papéis, sobretudo os desdobramentos e grupamentos

# Superior Tribunal de Justiça

efetivados desde a emissão das ações - e, assim, conferir a melhor interpretação ao título executivo judicial, no qual se fixou o montante de ações devidas apenas no momento de emissão (64.256 - sessenta e quatro mil, duzentas e cinquenta e seis), não havendo que se falar em afronta à coisa julgada.

Com isso, busca evitar, também, o enriquecimento sem causa dos demandados frente aos demais acionistas, bem como o excesso de execução.

Aponta, ainda, que tal questão - a respeito da consideração das alterações societárias na apuração do quantitativo total de ações devido pelos recorridos - nem sequer foi objeto de discussão na ação rescisória por ele ajuizada.

Contrarrazões às fls. 318-332 (e-STJ).

Foi admitido o apelo extremo na origem.

Posteriormente, a casa bancária ajuizou medida cautelar perante a Corte local, requerendo a concessão de efeito suspensivo ao seu apelo extremo, o qual foi deferido (e-STJ, fls. 340-349).

As partes adversas, inconformadas, propuseram medida cautelar perante este Tribunal Superior (MC n. 23.873/PR), objetivando a modificação desse julgado supra, ocasião em que o então relator, o Ministro João Otávio de Noronha, indeferiu o pleito, sendo confirmado o *decisum* pela Terceira Turma do STJ.

Brevemente relatado, decido.

De início, depreende-se dos autos que o recurso especial foi interposto contra decisão publicada quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1973. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto (Enunciado Administrativo n. 2 do STJ).

No tocante à preliminar de negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição omissão ou erro material, com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assinala-se que o Tribunal de origem enfrentou, de forma clara e fundamentada, as questões suscitadas pelas partes - sobretudo a possibilidade de produção de prova pericial para conferir a melhor interpretação ao título executivo judicial, a alegada inexistência de afronta à coisa julgada, o excesso de execução e o enriquecimento sem causa dos recorridos -, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento da matéria.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535, II, do CPC/1973, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, uma vez que "o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida" (AgInt no REsp 1.383.088/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016).

Quanto ao mérito, registra-se o entendimento desta Corte, segundo o qual, na fase de cumprimento de sentença, deve ser dada a melhor interpretação ao título executivo judicial, no sentido de se considerar os desdobramentos e grupamentos das ações, sendo cabível, inclusive, a produção de prova pericial nesse sentido, a fim de promover a adequada liquidação da sentença, evitando-se, assim, eventual enriquecimento sem causa da parte exequente perante os demais acionistas.

Nesse sentido (sem grifo no original):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CONFIGURAÇÃO. DESDOBROS E GRUPAMENTOS OCORRIDOS NAS AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Em situações até bastante ocorrentes, mostra-se perfeitamente cabível e necessário, no âmbito de embargos à execução ou de impugnação ao cumprimento de sentença, suscitar o executado a discussão acerca dos precisos termos da decisão condenatória, objeto

de execução, sem que isso importe pretensão de afronta à coisa julgada, sobretudo quando as partes divergem acerca de interpretações possíveis para o mesmo título.

3. No caso em exame, o título exequendo, considerando a revelia do promovido, estipulou a quantidade de ações preferenciais escriturais, de emissão do Banco Itaú S/A, a serem ressarcidas ao promovente, no total de 160.000 na data de propositura da demanda, ou seja, em 24 de outubro de 2002, correspondentes às 26.475 ações adquiridas em 4 de novembro de 1982, postergando a apuração do valor da condenação à fase executiva.

4. O exequente, contudo, no cumprimento de sentença, deixou de observar os desdobros e grupamentos ocorridos nas ações, no período entre a data da propositura da demanda (24 de outubro de 2002) e a da execução (19 de fevereiro de 2008).

**5. Não se pode desconsiderar os desdobramentos e grupamentos que o ora recorrente afirma terem ocorrido no período entre o ajuizamento da ação e a execução da sentença condenatória, mormente porque eles representam uma realidade no mercado de ações. Ter como não ocorridos tais fatos, ou como ocorridos, mas irrelevantes para a execução do título judicial, como fez a d. instância a quo, em primeiro lugar, foge à lógica do próprio mercado de valores mobiliários e, em segundo lugar, coloca o exequente em situação privilegiada em relação ao executado e aos demais acionistas que, nas mesmas condições e no mesmo período, adquiriram ações do Banco Itaú S/A. Haveria, sem dúvida, na hipótese, enriquecimento sem causa do exequente para além do assegurado na sentença, o que é vedado pelo ordenamento jurídico (CC/2002, arts. 884 a 886).**

**6. A correta interpretação do conteúdo da sentença condenatória deve garantir ao exequente os direitos e ações que teriam outros acionistas, nas mesmas condições. Nem mais, nem menos.**

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido, para julgar procedente a impugnação ao cumprimento de sentença, reconhecendo a inexigibilidade do título, para determinar seja promovida a liquidação da sentença pelo d. Juízo a quo, com a nomeação de perito, a fim de apurar o correto valor devido ao recorrido, de acordo com o título exequendo, levando em conta todas as oscilações havidas no mercado de ações com as ações do Banco Itaú S/A, no período compreendido desde a data de propositura da ação até a da confecção do respectivo laudo pericial, de modo que o recorrido receba os mesmos direitos e ações que teria obtido qualquer outro acionista do Banco Itaú que fosse detentor de 160.000 ações escriturais preferenciais, na data de propositura da ação de conhecimento.

(REsp 1243701/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 12/03/2012)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tal entendimento, se considerado isoladamente, levaria ao provimento do presente inconformismo. Contudo, esse não é o desfecho que se mostra mais consentâneo com o direito, no caso em estudo.

Isso porque, consoante análise das peças juntadas com o agravo de instrumento, extrai-se que, desde a contestação apresentada nos autos da ação de obrigação de fazer (e-STJ, fls. 60-61), alega a casa bancária que os recorridos são titulares de quantitativo bem menor de ações - 54 (cinquenta e quatro), na oportunidade - do que aquele estabelecido na sentença que deu origem ao título executivo judicial - 64.256 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis).

A propósito, a controvérsia supra foi expressamente apreciada na sentença (e-STJ, fls. 62-64), a qual foi integralmente mantida pelo TJPR, no âmbito de apelação (e-STJ, fls. 65-71), e pelo Supremo Tribunal Federal, em julgamento de recurso extraordinário (e-STJ, fl. 75), transitando em julgado em 13/2/2012 (e-STJ, fl. 76).

Contra esse julgado sobre o qual formou-se a coisa julgada, o banco propôs a Ação Rescisória de n. 911.818-7, na qual se discutiu novamente a questão acerca do quantitativo de ações efetivamente devido pelos autores, sob diversas perspectivas - violação a literal disposição de lei; erro de fato; e documento novo -, sendo, ao final, indeferida monocraticamente a petição inicial (e-STJ, fls. 130-134, sem grifo no original):

## 1. DA AFRONTA À LEI (ART. 485, V, do CPC)

[...]

Em outro norte, argumente o autor que haveria nulidade processual face à ausência de citação para a exibição de documentos em 5 dias, tendo o mandado citatório estabelecido o prazo de 15 dias para a apresentação de defesa.

Quanto à ausência de citação para a exibição de documento em 5 dias igualmente não há como se visualizar qualquer afronta à lei, uma vez que a sentença reconheceu a plenitude da defesa apresentada, tendo considerado válido o prazo de 15 dias para a sua apresentação, acrescidos, por consequência, dos documentos que embasam suas alegações.

Assim é certo que o autor, na realizada, foi beneficiado, tendo o seu prazo para a apresentação de documentos elastecido para 15 dias, inexistindo qualquer prejuízo a ser sanado.

**Além disso, embora o autor tenha apresentado impugnação à quantidade de ações pleiteadas, não postulou a produção de prova, fazendo precluir tal oportunidade. Assim, também há como se reconhecer o alegado cerceamento de defesa.**

Deste modo, não conheço das alegações concernentes a violação literal de disposição de lei.

## **2. DA DECISÃO FUNDADA EM ERRO DE FATO (ART. 485, IX, do CPC)**

Em um segundo momento, o autor requereu a rescisão da sentença, sob o fundamento do artigo 485, IX e § 1º, do CPC, tendo operado a errônea interpretação judicial dos documentos juntados à causa.

[...]

No caso, de início, já é possível observar que tal hipótese não ocorreu. Isto porque a sentença proferida resumiu-se a aplicar a penalidade de presunção de veracidade, cabível ante a ausência de prova das alegações trazidas pelo banco.

**Assim, tratando-se de mero reconhecimento de efeito processual aplicável ao caso (presunção de veracidade), inexistente fundamento baseado em erro de fato, até porque o próprio banco reconhece que o fato objeto da lide existiu (existência de ações em nome dos espólio de Egídio Costa), restando controverso somente a quantidade devida, ponto sob o qual incidiu a presunção ante a ausência de prova.**

Por fim, é de se ressaltar que se refere, deveras, à tentativa de reapreciação e reavaliação da prova, o que não é possível em sede de ação rescisória.

[...]

## **3. DO DOCUMENTO NOVO (ART. 485, VII, do CPC)**

Por fim, o autor sustenta a aplicação do artigo 485, VII, do CPC, a fim de oportunizar a apreciação do documento novo apresentado à f. 96, explicativo das informações prestadas às fls. 74/75.

Entretanto, o que se verifica é que o documento de f. 96 não configura a hipótese de cabimento da atual ação, não se podendo ser classificado como novo, pois de acordo com o disposto no art. 485, VII do CPC, documento novo é aquele "(...) cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável".

**Assim sendo, os documentos referentes às ações emitidas e controladas pelo banco, possuindo-as desde a contestação, conclui-se que o documento mencionado não se trata de documento novo, a ensejar a aplicação do artigo 485, VII, do CPC.**

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o Tribunal de origem, no julgamento do agravo de instrumento de que provém o respectivo apelo extremo, consignou que a discussão acerca da controvérsia relativa ao número de ações realmente devido pelos ora recorridos, além de estar albergada pela preclusão, encontra-se, também, engessada pela coisa julgada.

É o que se depreende dos seguintes trechos do aresto hostilizado (e-STJ, fls. 238-241, sem grifo no original):

A r. Decisão recorrida merece reforma, pois não é cabível, *in casu*, a realização de perícia em fase de cumprimento de sentença, vez que não se pode inovar matéria atinente ao processo de conhecimento, **tendo em vista que a questão já foi discutida, inclusive em Ação Rescisória, como consta às fls. 124/132 TJ, a qual teve a inicial indeferida, por falta de cabimento.**

[...]

**Como afirmado pelos Agravantes, "a sentença declaratória passada em julgada firmou um número certo de ações a serem entregues, que não foi alterado após o ajuizamento da ação, de sorte que, diferente do caso que se pretendia paradigmático, não houve modificação deste número no período compreendido entre o aforamento da lide e o início da fase de liquidação" (fl. 11).**

O próprio juiz de Primeiro Grau, na decisão recorrida, relata o seguinte: "Em sentença de fls. 37-39 o autor obteve a procedência de seu pedido de declaração de titularidade de 64.256 ações ordinárias do Banco Bradesco S/A. (sigla BBDC3), sendo o réu condenado a entregar ao espólio os certificados dessas ações" (fl. 15-TJ) e, na fundamentação, discorre que "o Banco Bradesco não nega, em nenhum momento, o fato de o falecido Domingos Egídio da Costa ter sido seu acionista e que em determinado momento, no passado, era possuidor de 64.256 ações ordinárias" (fl. 16-TJ), o que corresponde exatamente ao dispositivo da sentença exequenda, a qual foi confirmada por este Tribunal: "declaro que desde a abertura da conta n. 2792-8 (agência n. 176-7, de Registro-SP) o Espólio de Domingos Egídio Costa é titular de 64.256 ações ordinárias do Banco Bradesco S/A (sigla BBDC3). Condeno o réu: a) a entregar ao Espólio os certificados dessas ações - ou, sendo elas escriturais, a expedir o extrato da conta de depósito para habilitá-lo a negociá-las no mercado (Lei n. 6.404/1976, art. 35, § 1º e 2º) - sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (devida desde o trânsito em julgado); e b) a pagar os dividendos dessas 64.256 ações ordinárias devidos desde a abertura da conta n. 2792-8 até a data da propositura da ação, abatidos os valores já pagos pelo banco" (fl. 61-TJ).

Esse comando sentencial observou exatamente o que os autores e ora Agravantes pediram na inicial da ação de conhecimento (fls. 50/51-TJ).

Portanto, não há de se considerar como correto o entendimento do



# Superior Tribunal de Justiça

Juízo *a quo* de que "o comando sentencial não garante ao autor a titularidade (e escrituração) de 64.256 ações atuais ordinárias do Banco Bradesco S/A, mas, sim, apenas, escrituração de 64.256 ações ordinárias do Banco Bradesco existentes quando da abertura da conta corrente noticiada nos autos (fato gerador do direito postulado na inicial)" (fl. 19-TJ).

**Ora, a sentença declarou "que desde a abertura da conta n. 2792-8 (agência n. 176-7, de Registro-SP) o Espólio de Domingos Egídio Costa é titular de 64.256 ações ordinárias do Banco Bradesco S/A (sigla BBDC3).**

**Desse modo, não é lícito, neste momento, entender, de outra forma, que esse número de ações deveria ser levado em consideração somente "quando da abertura da conta corrente noticiada nos autos".**

**Assim, acolhe-se o pedido a fim de reconhecer a impossibilidade de realização de perícia para discutir pontos já discutidos e decididos no processo.**

Por fim, conforme disposto no art. 682 do Código de Processo Civil, o valor das ações negociáveis em bolsa será o da cotação do dia.

Art. 682. O valor dos títulos da dívida pública, das ações das sociedades e dos títulos de crédito negociáveis em bolsa será o da cotação oficial do dia, provada por certidão ou publicação no órgão oficial.

De acordo com os documentos juntados às fls. 212/213 (cópias extraídas dos autos de origem, a respeito de cujos documentos o Agravado já tem conhecimento), o valor da ação, conforme informação oficial da Bovespa no fechamento do pregão, no dia 29/05/2012, era de R\$ 24,15 (vinte e quatro reais e quinze centavos). Assim o cálculo deve ser realizado com base nesse valor.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao presente recurso, reformando a decisão agravada, a fim de que se prossiga co o cumprimento de sentença nos termos requeridos pelos Agravantes.

Acerca da temática, impende registrar que, "havendo mais de uma interpretação a ser extraída do mesmo título executivo judicial, há de ser aceita aquela que melhor se harmonize com o ordenamento jurídico, sem que isso enseje ofensa à coisa julgada" (REsp 1.140.369/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 13/9/2017).

Na mesma linha de entendimento, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TÍTULO JUDICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. INTERPRETAÇÃO. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO. COISA JULGADA.

INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO.

1. Cinge-se a controvérsia a verificar se os termos em que o título judicial transitou em julgado admitem mais de uma interpretação, e se outra definição de seus contornos, a partir do princípio da razoabilidade, esbarra na coisa julgada.
2. Se o título exequendo admite mais de uma interpretação, dada a equivocidade de seus termos, não é possível falar em ofensa à coisa julgada na definição de seu conteúdo. Precedentes.
3. De acordo com a jurisprudência desta Corte, quando mais de uma interpretação é possível, deve ser adotada aquela que esteja de acordo com o princípio da razoabilidade e não desborde das linhas que estruturam o ordenamento jurídico.
4. Nas hipóteses em que a verba honorária é fixada sobre a diferença entre o valor pretendido pelo credor e aquele efetivamente exigível, o momento a ser tomado como base de apuração é o do ajuizamento da execução. Precedentes.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 928.133/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

Logo, se o debate, acerca do efetivo quantitativo de ações que é devido pelos ora demandados, subsiste desde a contestação apresentada na ação de obrigação de fazer, sendo, inclusive, apreciado no título executivo judicial, mostra-se descabida a pretensão da parte ora recorrente - de reabrir questionamento sobre o ponto que se encontra inalterável pela consumação da preclusão e, sobretudo, da coisa julgada -, a pretexto de conferir a melhor interpretação ao título executivo judicial e considerar eventuais desdobramentos e grupamentos das ações, modificando-se o total de 64.256 ações reconhecido em prol dos autores.

Por fim, reconhecida a existência da coisa julgada, descabe perquirir a respeito da eventual ocorrência de enriquecimento sem causa e de excesso de execução, visto que esses pontos derivam de matéria sobre a qual recai a imutabilidade material.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

